

Demonstrações Financeiras

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

31 de dezembro 2017 e 2016
com Relatório de do Auditor Independente

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e acionistas da
Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles com o objetivo de se assegurar que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência adequados, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em função do alto volume, pulverização das vendas e da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado.
- Teste documental de amostras de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar o relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no exercício. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita de vendas faturadas e não entregues.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3n.ii e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da Administração da Companhia, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Nesse contexto e devido à relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (ii) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; e (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido a fraudes ou erros, elaboramos e realizamos procedimentos de auditoria como resposta a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e adequada para fornecer uma base para a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento sobre os controles internos pertinentes à auditoria com o objetivo de elaborar procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existir incerteza relevante sobre eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.396	22.744	49.398	23.039
Aplicações financeiras vinculadas	4	3.346	3.948	3.346	3.948
Contas a receber de clientes	5	73.602	93.863	73.602	93.863
Estoques	6	51.378	40.526	51.378	40.526
Tributos a recuperar	7	82.360	52.988	82.360	52.988
Adiantamentos a fornecedores	8	5.259	10.710	5.259	10.710
Outros ativos circulantes		3.510	2.281	3.510	2.281
		268.851	227.060	268.853	227.355
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	2.871	-	2.871
Tributos a recuperar	7	19.162	12.594	19.162	12.594
Outros créditos		2.052	829	2.052	829
Investimentos	9	7.092	7.660	-	-
Imobilizado	11	631.347	403.892	678.117	451.450
Intangível	11	1.070	1.147	1.070	1.147
		660.723	428.993	700.401	468.891
Total do ativo		929.574	656.053	969.254	696.246
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	120.654	81.339	120.654	81.339
Antecipação de fornecedores a pagar	12	31.419	-	31.419	-
Empréstimos e financiamentos	13	86.978	90.482	86.978	90.482
Instrumentos financeiros derivativos	10	4.338	5.380	4.338	5.380
Impostos, taxas e contribuições	14	13.858	6.261	13.858	6.261
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	20.202	10.654	20.202	10.654
Parcelamento de impostos a recolher	16	3.415	1.172	3.415	1.172
Adiantamentos de clientes	17	20.110	4.839	20.110	4.839
Dividendos a pagar	18	3.533	-	3.533	-
Incentivos fiscais		1.468	438	1.468	438
		305.975	200.565	305.975	200.565
Não circulante					
Fornecedores	12	17.816	-	17.816	-
Bônus de subscrição	10	500	-	500	-
Empréstimos e financiamentos	13	327.159	186.861	327.159	186.861
Instrumentos financeiros derivativos	10	2.639	4.149	2.639	4.149
Subvenção governamental diferida - doação	11	5.984	5.984	35.984	35.984
Provisão para contingências	19	30.726	29.174	30.726	29.174
Parcelamento de impostos	16	333	11.329	333	11.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	5.885	-	9.699	3.857
		391.042	237.497	424.856	271.354
Patrimônio líquido					
Capital social	21	101.968	96.289	101.968	96.289
Ajustes de avaliação patrimonial		47.903	49.112	47.903	49.112
Reserva legal		6.387	5.643	6.387	5.643
Reserva de subvenções		65.701	66.947	65.701	66.947
Dividendos adicionais propostos		10.598	-	10.598	-
		232.557	217.991	232.557	217.991
Participação de acionistas não controladores		-	-	5.866	6.336
Total do patrimônio líquido		232.557	217.991	238.423	224.327
Total do passivo e patrimônio líquido		929.574	656.053	969.254	696.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	22	739.108	679.062	739.108	679.062
Custo dos produtos vendidos	23	(437.696)	(396.896)	(437.696)	(396.896)
Lucro bruto		301.412	282.166	301.412	282.166
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas e logística	24	(170.478)	(144.342)	(170.478)	(144.342)
Despesas gerais e administrativas	25	(52.735)	(46.367)	(53.885)	(47.517)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(568)	(605)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	7.204	13.896	7.204	13.896
		(216.577)	(177.418)	(217.160)	(177.963)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		84.835	104.748	84.252	104.203
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	27	(68.724)	(59.816)	(68.724)	(59.818)
Receitas financeiras	27	9.077	13.392	9.144	13.392
		(59.647)	(46.424)	(59.580)	(46.426)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		25.188	58.324	24.672	57.777
Imposto de renda	20.c	(7.569)	4.789	(7.535)	4.823
Contribuição social	20.c	(2.744)	1.690	(2.732)	1.702
Lucro líquido do exercício		14.875	64.803	14.405	64.302
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		-	-	14.875	64.803
Não controladores		-	-	(470)	(501)
Quantidade de ações		101.166.657	96.289.235	-	-
Lucro líquido por ações		0,17	0,67	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	14.875	64.803	14.405	64.302
Outros resultados abrangentes	(1.832)	(8.157)	(1.832)	(8.157)
Realização das reservas de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial, líquido de tributos	623	2.773	623	2.773
Total dos resultados abrangentes do exercício	13.666	59.419	13.196	58.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de subvenções	Dividendos adicionais propostos	Resultados acumulados	Patrimônio líquido pertencente aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	96.289	54.249	2.403	-	-	-	152.941	6.633	159.574
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de tributos	-	(5.384)	-	-	-	5.384	-	-	-
Reserva reflexa Carta Industrial	-	247	-	-	-	-	247	204	451
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.803	64.803	(501)	64.302
Destinação do resultado:									
Constituição de reserva legal	-	-	3.240	-	-	(3.240)	-	-	-
Apropriação de reserva de subvenção	-	-	-	64.343	-	(64.343)	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções do exercício	-	-	-	2.604	-	(2.604)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	96.289	49.112	5.643	66.947	-	-	217.991	6.336	224.327
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de tributos	-	(1.209)	-	-	-	1.209	-	-	-
Aumento de capital (Nota 20.a)	5.679	-	-	-	-	-	5.679	-	5.679
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.875	14.875	(470)	14.405
Destinação do resultado:									
Constituição de reserva legal	-	-	744	-	-	(744)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos (Nota 18)	-	-	-	-	10.598	(10.598)	-	-	-
Dividendos obrigatórios a pagar (Nota 18)	-	-	-	-	-	(3.533)	(3.533)	-	(3.533)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(1.789)	(1.789)	-	(1.789)
Apropriação de reserva de subvenção (Nota 21.b.iv)	-	-	-	43.092	-	(43.092)	-	-	-
Reversão de reservas de subvenção de exercícios anteriores (Nota 21.b.iv)	-	-	-	(666)	-	-	(666)	-	(666)
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções do exercício	-	-	-	(43.672)	-	43.672	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	101.968	47.903	6.387	65.701	10.598	-	232.557	5.866	238.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	25.188	58.324	24.672	57.777
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.377	(100)	1.377	(100)
Provisão para contingências	1.982	(3.982)	1.982	(3.982)
Impostos pagos	(5.092)	-	(5.092)	-
Depreciação e amortização	23.453	20.808	24.604	21.959
Baixa de imobilizado	1.732	120	1.732	120
Juros, comissões e variação cambial não realizadas, sobre empréstimos	58.599	28.185	58.599	28.185
Perdas de operações de derivativos, não realizados	3.910	11.128	3.910	11.128
Resultado de equivalência patrimonial	568	605	-	-
	111.717	115.088	111.784	115.087
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Contas a receber de clientes	18.884	(19.869)	18.884	(19.869)
Estoques	(10.852)	(6.809)	(10.852)	(6.809)
Adiantamentos concedidos	5.451	(1.318)	5.451	(1.318)
Tributos a recuperar	(35.940)	(19.129)	(35.940)	(19.129)
Outros ativos circulantes	(1.229)	(494)	(1.229)	(494)
Depósitos judiciais	(1.223)	715	(1.223)	715
Fornecedores	88.120	7.597	88.120	7.597
Impostos e contribuições a recolher	10.468	830	10.468	830
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.548	1.698	9.548	1.698
Créditos de clientes	15.271	(3.266)	15.271	(3.266)
Parcelamento de impostos	(8.753)	(4.330)	(8.753)	(4.330)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	201.462	70.713	201.529	70.712
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Crédito investimento/Fomentar - GO	1.030	168	1.030	168
Aquisições do ativo imobilizado, líquidas	(160.308)	(36.453)	(160.668)	(36.453)
Recebimento de incentivos	-	5.984	-	5.984
Aplicações financeiras	602	(298)	602	(298)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(158.676)	(30.599)	(159.036)	(30.599)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	5.679	-	5.679	-
Empréstimos e financiamentos captados	284.893	62.733	284.893	62.733
Pagamento de Empréstimos e financiamentos	(234.258)	(68.615)	(234.258)	(68.615)
Liquidação de operações de derivativos	(6.462)	(1.575)	(6.462)	(1.575)
Pagamento de bônus de subscrição	500	-	500	-
Pagamento de dividendos	(1.789)	(2.479)	(1.789)	(2.479)
Juros e var. cambial sobre empréstimos e financiamentos	(64.697)	(35.375)	(64.697)	(35.375)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamentos	(16.134)	(45.311)	(16.134)	(45.311)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	26.652	(5.197)	26.359	(5.198)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.744	27.941	23.039	28.237
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.396	22.744	49.398	23.039
Operações que não afetam caixa				
Aquisição de ativo imobilizado por meio de financiamentos	92.257	76.914	92.257	76.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) Operação da Companhia e empresa controlada

A Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. ("Carta Goiás" ou "Companhia") foi constituída em 3 de março de 2000 e possui como objeto social e principal atividade, a industrialização, comercialização, distribuição e transporte de artefatos de papel, papelão, papel sanitário, guardanapo de papel, papel toalha, lenço de papel, fraldas descartáveis, absorventes femininos e artigos de toucador.

A Carta Goiás possui unidades industriais em Anápolis – GO, São Gonçalo - RJ e a nova unidade em Piraí- RJ, além de filiais em Olinda - PE, Glória de Goitá – PE, Salvador - BA, Sumaré – SP, Contagem - MG e Serra - ES.

Durante o ano de 2017, a Carta Goiás continuou desenvolvendo seu plano de expansão através dos principais projetos: (i) aquisição de uma máquina de dupla largura para fabricação de bobinas de papel (MP6) no montante de 12 milhões de Euros, instalada na unidade industrial de Anápolis-GO, cujo início da operação comercial ocorreu em janeiro de 2018; (ii) aquisição de uma máquina para conversão de guardanapos de aproximadamente US\$ 3 milhões, instalada em Anápolis-GO no primeiro semestre de 2017, cujo início de operação ocorreu em agosto de 2017; (iii) aquisição de três máquinas para fabricação de fraldas infantis por aproximadamente R\$42 milhões, sendo que a primeira delas entrou em operação em fevereiro de 2016, a segunda no primeiro trimestre de 2017 e a terceira em novembro de 2017. As duas primeiras estão instaladas na planta de Anápolis e a terceira na planta de Piraí-RJ; (iv) aquisição de uma linha de conversão de papel folha dupla R\$ 9 milhões; aquisição de linha de fralda adulto R\$ 17 milhões; e (vi) construção de uma nova unidade industrial na cidade de Piraí-RJ, que iniciou suas operações em novembro de 2017 com o objetivo de abrigar, principalmente, a expansão da fabricação de fraldas infantis e adulto e lenços umedecidos e de conversão de papel.

Em continuidade ao plano de expansão, a companhia já firmou contratos de aquisição de máquinas e equipamentos no valor de aproximadamente R\$ 150 milhões que serão recebidos nos próximos dois anos, bem como os financiamentos vinculados a estes investimentos. A maior parte destas máquinas será instalada na unidade industrial em Piraí-RJ.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Operação da Companhia e empresa controlada--Continuação

Adicionalmente, a Carta Goiás possui o controle acionário da Carta Industrial Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ("Carta Industrial"), mantendo 54,7256% de participação no seu capital social. A Carta Industrial possui sede em Anápolis - GO e filial em Aracruz – ES, cujo terreno neste município foi obtido como subvenção governamental. A Licença Municipal de Instalação foi obtida em 2014. Os demais 45,2744% de participação no capital da Carta Industrial são detidos pela Carta Fabril S.A., controladora da Carta Goiás.

b) Posição financeira

Em 31 de dezembro de 2017, a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo de R\$37.124 (Consolidado - capital circulante líquido negativo de R\$37.122), sendo a posição verificada em 31 de dezembro de 2016 de capital circulante líquido positivo de R\$26.495 (Consolidado - R\$26.790).

A Companhia apresentou posição de capital circulante líquido negativo em dezembro de 2017 decorrente, principalmente, aos significativos investimentos no ativo imobilizado realizados para expansão da planta industrial, bem como ao aumento do prazo de pagamento a fornecedores.

A Administração segue promovendo diversas ações com o objetivo da melhoria contínua da posição econômica e financeira da Companhia, tais como:

(i) contratação de operações de crédito com prazos mais longos e período de carência do principal; (ii) maior eficiência operacional e aumento da produtividade em suas operações e (iii) revisão e diversificação das linhas de produtos, como fraldas geriátricas e lenços umedecidos de fabricação própria.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui os recursos necessários para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da administração e foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas na Nota Explicativa n.º 3. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios aplicados.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi concedida pela Administração da Companhia em 14 de março de 2018.

c) Crítérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Carta Goiás e Carta Industrial, as quais possuem os mesmos acionistas controladores.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as sociedades são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O exercício é coincidente entre todas as empresas que compõe as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações e os saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentados em Reais, principal moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, como variação cambial.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender aos de curto prazo da Companhia. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- (i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Os derivativos contratados para cobrir riscos de moeda e taxa de juros (swap) estão registrados a valor justo contra o resultado, de acordo com os critérios descritos na Nota 10.
- (ii) Outros passivos financeiros: Correspondem a fornecedores, empréstimos e debêntures, principalmente. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- (iii) Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de custo médio.

Os custos históricos são apurados com base no método do custo médio e incluem todas as despesas incorridas para levar os estoques à localização e condição atuais. Estas incluem impostos de importação, fretes e custo de logística, e quaisquer outros custos atribuíveis à aquisição.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As provisões para estoques, quando aplicável, são constituídas com base em estoques de giro baixo e itens obsoletos ou sem expectativa de realização.

e) Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, ajustado ao custo atribuído pela adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação, se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas abaixo.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

f) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

g) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são na prática, reconhecidas ao valor da fatura (valor justo) correspondente.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

i) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os empréstimos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

j) Debêntures

O saldo de debêntures não conversíveis em ações são representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante de recursos captados, acrescidos de juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e juros pagos.

k) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, previdenciário e tributário) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

Outras provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

m) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, às alíquotas normais e cujos valores são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos--Continuação

Os impostos diferidos passivos, referem-se: (i) ao imposto sobre ajuste de avaliação patrimonial de ativos ao custo atribuído (*deemed cost*) efetuado em 2010, o qual é realizado ao resultado proporcionalmente à depreciação do ativo ajustado ao custo atribuído; (ii) diferenças temporárias tributáveis decorrentes principalmente de contabilização de depreciação de ativos calculadas a taxas distintas daquelas estimadas pelas autoridades fiscais, conforme facultado pela legislação tributária vigente.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Dessa forma, a Administração apresentou saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos do saldo passivo.

n) Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

i) *Receita de juros*

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

ii) *Receita de venda de produtos e mercadorias*

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador; o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita líquida inclui ainda a receita de subvenções de ICMS (Nota Explicativa 20.b).

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, provisão para perda por risco de créditos, provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

· *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*

O IFRS 9 - Financial Instruments ("IFRS 9"), inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva da norma. Contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

A Administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e concluiu preliminarmente que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado ao princípios do IAS 39.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

· *IFRS 15 Receitas de contratos com clientes*

O IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers ("IFRS 15"), estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração está avaliando os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu preliminarmente que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está avaliando o impacto das seguintes novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:

- Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*);
- IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações com Pagamentos Baseados em Ações - Alterações à IFRS 2;
- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - "Operações de Arrendamento Mercantil Operações de Arrendamento Mercantil";
- IFRS 17 - Contratos de Seguro;
- Transferências de Propriedade para Investimento - Alterações à IAS 40;
- Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017);
- Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro - Alterações à IFRS 4;

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Interpretação IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento de Contraprestação; e
- Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento dos Tributos sobre a Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	17.319	7.122	17.321	7.417
Equivalentes de caixa	32.077	15.622	32.077	15.622
	49.396	22.744	49.398	23.039

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras vinculadas	3.346	3.948	3.346	3.948
	3.346	3.948	3.346	3.948

O saldo de equivalentes de caixa é composto principalmente por aplicações financeiras em bancos de primeira linha com disponibilidade dentro de no máximo 90 dias e estão sujeitas à remuneração equivalentes a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs).

As aplicações financeiras vinculadas constituem garantia a operações de empréstimos para capital de giro, com remuneração equivalente a 98% da variação do CDI.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	70.756	88.579
Vencidos		
De 1 a 30 dias	986	3.845
De 31 a 60 dias	309	602
De 61 a 90 dias	705	271
De 91 a 180 dias	846	566
Acima de 180 dias	2.509	1.132
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.509)	(1.132)
Duplicatas a receber	73.602	93.863

Parte das duplicatas a receber foram oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos bancários. O valor total dessas garantias até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$55.546 (R\$79.199 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração constitui uma provisão para crédito de liquidação duvidosa com base em uma análise de saldos vencidos, a fim de identificar aqueles cujo recebimento não é provável, sendo constituída provisão para os casos que não há expectativa de realização do crédito.

As movimentações na provisão para perda por risco de crédito dos montantes a receber são apresentadas a seguir:

Movimentação da PCLD	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.132)	(1.232)
Constituição de provisão (Nota 24)	(1.377)	(861)
Recuperação de títulos	-	961
Saldo no final do exercício	(2.509)	(1.132)

6. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	21.467	15.214
Produtos em elaboração	2.294	2.582
Matérias-primas	9.926	8.312
Embalagens	5.539	4.982
Material de manutenção e consumo	12.116	8.142
Material em poder de terceiros	36	1.294
	51.378	40.526

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

7. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
IPI (a)	20.438	12.492
PIS (b)	8.456	6.988
COFINS (b)	39.565	36.002
IRPJ e CSLL (c)	6.706	4.622
ICMS Goiás - Inst. Norm. nºs 1.208/15 e 1.269/16 (d)	3.517	4.077
ICMS s/ aquisição de ativo imobilizado (e)	21.900	339
Outros	940	1.062
	101.522	65.582
Circulante	82.360	52.988
Não circulante	19.162	12.594

- (a) O saldo de IPI refere-se ao crédito do imposto tomado nas operações de compra de matéria-prima do exterior. O saldo vem sendo utilizado para compensação com outros tributos federais.
- (b) Os créditos de PIS e COFINS são oriundos da Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013 que reduz a zero as alíquotas incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno que compõem a cesta básica. Atualmente a Companhia vem utilizando os saldos para a compensação de tributos federais e solicitou a restituição dos saldos não compensados. Dos pedidos de restituição solicitados, R\$2.969 foram compensados com parcelamentos em outubro de 2016 e R\$6.941 foram compensados pela Receita Federal com parcelamentos em 12 de maio de 2017.
- (c) IRPJ e CSLL referem-se a valores antecipados que serão compensados com tributos a recolher nos próximos exercícios.
- (d) Antecipações realizadas ao Estado de Goiás por força das instruções normativas 1208/2015 (vigente até fevereiro de 2016) e 1269/16 (publicada em 30 de março de 2016) no montante de R\$3.363, que estão sendo compensadas desde janeiro de 2017 até o mês de abril de 2017 no valor mensal de R\$88 e partir de maio de 2017 no valor de R\$32, conforme artigos 5º e 6º da IN 1.269/2016, até dezembro de 2018.
- (e) Créditos de ICMS relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos que será utilizado na razão de 1/48 a partir de agosto de 2018.

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a fornecedores - nacionais	2.828	3.546
Adiantamento a fornecedores - estrangeiros	2.431	7.164
	5.259	10.710

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Investimentos

a) Informações relevantes sobre investidas

A participação na Carta Industrial é registrada pelo método de equivalência patrimonial e a composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Participação direta	54,7256%	54,7256%
Patrimônio líquido	12.960	13.996
Prejuízo do exercício	(1.038)	(1.106)
Total dos ativos	<u>46.772</u>	<u>47.853</u>

O capital social da Carta Industrial é composto por 12.077.220 ações ordinárias.

b) Movimentação dos investimentos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	7.660	8.018
Resultado de equivalência patrimonial	(568)	(605)
Reserva reflexa - Carta Industrial	-	247
Saldo no final do exercício	<u>7.092</u>	<u>7.660</u>

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

c) Balancos patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos

Os sumários das demonstrações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os valores de ajustes no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2017				Demonstrações financeiras consolidadas
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	268.851	2	268.853	-	268.853
Não circulante					
Outros	21.214	-	21.214	-	21.214
Investimentos	7.092	-	7.092	(7.092)	-
Imobilizado	631.347	46.770	678.117	-	678.117
Intangível	1.070	-	1.070	-	1.070
Total do ativo	929.574	46.772	976.346	(7.092)	969.254
Passivo					
Circulante	305.975	-	305.975	-	305.975
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	327.159	-	327.159	-	327.159
Outros	63.883	33.814	97.697	-	97.697
Patrimônio líquido					
Capital social	101.968	12.077	114.045	(12.077)	101.968
Ajustes de avaliação patrimonial	47.903	7.399	55.302	(7.399)	47.903
Reserva legal	6.387	-	6.387	-	6.387
Reserva de subvenções	65.701	-	65.701	-	65.701
Resultados acumulados	10.598	(6.518)	4.080	6.518	10.598
Acionistas não controladores	-	-	-	5.866	5.866
Total do patrimônio líquido	232.557	12.958	245.515	(7.092)	238.423
Total do passivo e patrimônio líquido	929.574	46.772	976.346	(7.092)	969.254
Demonstrações dos resultados					
Receita operacional líquida	739.108	-	739.108	-	739.108
Custo	(437.696)	-	(437.696)	-	(437.696)
Despesas operacionais, líquidas	(216.577)	(1.151)	(217.728)	568	(217.160)
Resultado financeiro	(59.647)	67	(59.580)	-	(59.580)
IRPJ e CSL	(10.313)	46	(10.267)	-	(10.267)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.875	(1.038)	13.837	568	14.405
Atribuível aos acionistas					
Controladores	-	-	-	-	14.875
Não controladores	-	-	-	-	(470)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

c) Balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos--Continuação

	31 de dezembro de 2016				
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	Demonstrações financeiras consolidadas
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	227.060	295	227.355	-	227.355
Não circulante					
Outros	16.294	-	16.294	-	16.294
Investimentos	7.660	-	7.660	(7.660)	-
Imobilizado	403.892	47.558	451.450	-	451.450
Intangível	1.147	-	1.147	-	1.147
Total do ativo	<u>656.053</u>	<u>47.853</u>	<u>703.906</u>	<u>(7.660)</u>	<u>696.246</u>
Passivo					
Circulante	200.565	-	200.565	-	200.565
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	186.861	-	186.861	-	186.861
Outros	50.636	33.857	84.493	-	84.493
Patrimônio líquido					
Capital social	96.289	12.077	108.366	(12.077)	96.289
Ajustes de avaliação patrimonial	49.112	7.488	56.600	(7.488)	49.112
Reserva legal	5.643	-	5.643	-	5.643
Reserva de subvenções	66.947	-	66.947	-	66.947
Resultados acumulados	-	(5.569)	(5.569)	5.569	-
Acionistas não controladores	-	-	-	6.336	6.336
Total do patrimônio líquido	<u>217.991</u>	<u>13.996</u>	<u>231.987</u>	<u>(7.660)</u>	<u>224.327</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>656.053</u>	<u>47.853</u>	<u>703.906</u>	<u>(7.660)</u>	<u>696.246</u>
	31 de dezembro de 2016				
Demonstrações dos resultados					
Receita operacional líquida	679.062	-	679.062	-	679.062
Custo	(396.896)	-	(396.896)	-	(396.896)
Despesas operacionais, líquidas	(177.418)	(1.150)	(178.568)	605	(177.963)
Resultado financeiro	(46.424)	(2)	(46.426)	-	(46.426)
IRPJ e CSL	6.479	46	6.525	-	6.525
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>64.803</u>	<u>(1.106)</u>	<u>63.697</u>	<u>605</u>	<u>64.302</u>
Atribuível aos acionistas					
Controladores	-	-	-	-	64.803
Não controladores	-	-	-	-	(501)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos

a) Políticas, objetivos e designação de hedge accounting

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos cuja gestão é efetuada por meio da definição de estratégias e monitoramento dos riscos envolvidos.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira e não são utilizados para fins especulativos.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, documentando:

- O relacionamento do *hedge*.
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*.
- A identificação do instrumento financeiro.
- O objeto ou transação de cobertura.
- A natureza do risco a ser coberto.
- A descrição da relação de cobertura.
- A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

A efetividade esperada é maior do que a definida na norma contábil de *hedge accounting* (80% e 125%), uma vez que os fluxos no momento "zero" estão 100% cobertos por *swap* em valores, vencimentos e prazos totais do objeto de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado extraídas da BM&FBOVESPA.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Políticas, objetivos e designação de hedge accounting--Continuação

A Companhia decidiu realizar um hedge de valor justo para o objeto descrito anteriormente para certos contratos de financiamento de longo prazo, com o objetivo de cobrir o risco cambial e trazer à operação para uma denominação em Reais (R\$), a taxas de juros praticadas no mercado interno.

O instrumento de hedge escolhido é uma operação de derivativos, através de *swaps* de troca de moedas e taxa de juros. Os *swaps* foram contratados pelos mesmos valores dos empréstimos objeto de *hedge* e com vencimentos idênticos aos dos contratos de financiamentos.

b) Portfolio de operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2017, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Contratos objeto de hedge accounting - Controladora e Consolidado

<u>Objeto de proteção</u>	<u>Contraparte do valor principal</u>	<u>Valor referencial (R\$)</u>
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	12.355
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	2.471
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	4.729
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	40.365
Taxa de câmbio e troca de indexador	Bradesco	1.464
Taxa de câmbio e troca de indexador	Bradesco	1.713
		<u>63.097</u>

As operações de swap acima descritas estão atreladas aos contratos de financiamento objeto de hedge e possuem vencimento final entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, com vencimentos trimestrais.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição das operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017

(i) Contratos objeto de hedge accounting - Controladora e Consolidado

	Valor referencial	Valor justo	Curva do instrumento	Ganhos/ (perdas) no resultado
Posição ativa				
Moeda estrangeira	63.089	66.420	65.799	621
Posição passiva				
Índice CDI	(63.089)	(73.397)	(68.945)	(4.452)
Total	-	(6.977)	(3.146)	(3.831)
Financiamentos objeto de <i>hedge accounting</i> , ajustes a valor de mercado	(63.089)	(66.420)	(65.799)	(621)
Efeito líquido no resultado				(4.452)

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos e a variação dos valores pela curva. No exercício de 2017 a Companhia incorreu em perdas de (R\$ 6.823) decorrente das operações de Hedge liquidadas durante o ano e perdas e ganhos de respectivamente (R\$ 916) e R\$ 1.741 para operações não liquidadas.

A provisão para os ganhos e/ou perdas não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no ativo ou no passivo, no balanço patrimonial, conforme o caso, tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

A variação do valor justo dos financiamentos é reconhecida na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

(ii) Contratos de curto prazo, não objeto de "Hedge Accounting" - Finimp - Controladora e Consolidado:

	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa		
Moeda estrangeira	1.104	1.181
Posição passiva		
Índice - CDI	(1.104)	(1.153)
Total	-	28

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição das operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017--Continuação

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

- (iii) Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2017 foi autorizado a emissão de bônus de subscrição ações no valor de R\$ 500. O direito de subscrever as ações, de acordo com a escritura, ocorrerá após a eventual ocorrência de: (i) Eventos de liquidez estabelecidos no contrato de bônus de subscrição (ii) no eventual término do prazo para resgate obrigatório (iii) exercício da Opção de Compra do Bônus de Subscrição.

11. Imobilizado e intangível

Custo	Controladora				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
Máquinas e equipamentos	334.920	3.172	(5)	48.008	386.095
Imobilizado em andamento	90.282	234.885	(1.727)	(52.135)	271.305
Edificações	55.704	-	-	-	55.704
Veículos	30.525	2.323	-	-	32.848
Terrenos	27.553	11.479	-	-	39.032
Instalações prediais	19.260	303	-	1.592	21.155
Obras civis	11.178	-	-	2.207	13.385
Equipamentos de informática	2.596	290	-	131	3.017
Móveis e utensílios	1.835	189	-	197	2.221
Outros	59	-	-	-	59
Total	573.912	252.641	(1.732)	-	824.821

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	(135.669)	(16.408)	-	-	(152.077)
Edificações	(10.596)	(1.447)	-	-	(12.043)
Veículos	(12.865)	(3.509)	-	-	(16.374)
Instalações prediais	(6.256)	(1.219)	-	-	(7.475)
Obras civis	(3.287)	(466)	-	-	(3.753)
Equipamentos de informática	(577)	(215)	-	-	(792)
Móveis e utensílios	(768)	(187)	-	-	(955)
Outros	(2)	(3)	-	-	(5)
Total	(170.020)	(23.454)	-	-	(193.474)

Imobilizado líquido	403.892	229.187	(1.732)	-	631.347
---------------------	---------	---------	---------	---	---------

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado e intangível--Continuação

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	310.788	1.747	(565)	22.950	334.920
Imobilizado em andamento	17.743	98.940	-	(26.401)	90.282
Edificações	55.654	-	-	50	55.704
Veículos	29.071	1.454	-	-	30.525
Terrenos	17.719	9.834	-	-	27.553
Instalações prediais	17.461	76	-	1.723	19.260
Obras civis	9.457	69	-	1.652	11.178
Equipamentos de informática	2.088	498	-	10	2.596
Móveis e utensílios	1.583	236	-	16	1.835
Outros	56	3	-	-	59
Total	461.620	112.857	(565)	-	573.912

Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	(121.670)	(14.446)	447	-	(135.669)
Edificações	(9.389)	(1.207)	-	-	(10.596)
Veículos	(9.552)	(3.313)	-	-	(12.865)
Instalações prediais	(5.221)	(1.035)	-	-	(6.256)
Obras civis	(2.904)	(383)	-	-	(3.287)
Equipamentos de informática	(416)	(161)	-	-	(577)
Móveis e utensílios	(654)	(114)	-	-	(768)
Outros	-	(2)	-	-	(2)
Total	(149.806)	(20.661)	447	-	(170.020)
Imobilizado líquido	311.814	92.196	(118)	-	403.892

Custo	Consolidado				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
Máquinas e equipamentos	353.971	3.172	(5)	48.008	405.146
Imobilizado em andamento	90.282	235.245	(1.727)	(52.135)	271.665
Edificações	66.296	-	-	-	66.296
Veículos	30.525	2.323	-	-	32.848
Terrenos	57.553	11.479	-	-	69.032
Instalações prediais	19.260	303	-	1.592	21.155
Obras civis	11.178	-	-	2.207	13.385
Equipamentos de informática	2.596	290	-	131	3.017
Móveis e utensílios	1.835	189	-	197	2.221
Outros	59	-	-	-	59
Total	633.555	253.001	(1.732)	-	884.824

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado e intangível--Continuação

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	(146.408)	(17.348)	-	-	(163.756)
Edificações	(11.942)	(1.655)	-	-	(13.597)
Veículos	(12.865)	(3.509)	-	-	(16.374)
Instalações prediais	(6.256)	(1.219)	-	-	(7.475)
Obras civis	(3.287)	(466)	-	-	(3.753)
Equipamentos de informática	(577)	(215)	-	-	(792)
Móveis e utensílios	(768)	(185)	-	-	(953)
Outros	(2)	(5)	-	-	(7)
Total	(182.105)	(24.602)	-	-	(206.707)
Imobilizado líquido	451.450	228.399	(1.732)	-	678.117

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	329.839	1.747	(565)	22.950	353.971
Imobilizado em andamento	17.743	98.940	-	(26.401)	90.282
Edificações	66.246	-	-	50	66.296
Veículos	29.071	1.454	-	-	30.525
Terrenos	47.719	9.834	-	-	57.553
Instalações prediais	17.461	76	-	1.723	19.260
Obras civis	9.457	69	-	1.652	11.178
Equipamentos de informática	2.088	498	-	10	2.596
Móveis e utensílios	1.583	236	-	16	1.835
Outros	56	3	-	-	59
Total	521.263	112.857	(565)	-	633.555

Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	(131.465)	(15.390)	447	-	(146.408)
Edificações	(10.530)	(1.412)	-	-	(11.942)
Veículos	(9.552)	(3.313)	-	-	(12.865)
Instalações prediais	(5.221)	(1.035)	-	-	(6.256)
Obras civis	(2.904)	(383)	-	-	(3.287)
Equipamentos de informática	(416)	(161)	-	-	(577)
Móveis e utensílios	(654)	(114)	-	-	(768)
Outros	-	(2)	-	-	(2)
Total	(160.742)	(21.810)	447	-	(182.105)
Imobilizado líquido	360.521	91.047	(118)	-	451.450

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado e intangível--Continuação

Custo	Controladora e Consolidado		
	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Software	1.503	149	1.652
Total	1.503	149	1.652
Amortização acumulada	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Software	(356)	(226)	(582)
Total	(356)	(226)	(582)
Total	1.147	(77)	1.070
Custo	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Software	993	510	1.503
Total	993	510	1.503
Amortização acumulada	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Software	(207)	(149)	(356)
Total	(207)	(149)	(356)
Intangível líquido	786	361	1.147

A Carta Industrial em 23 de novembro de 2012, recebeu como subvenção governamental do Município de Aracruz, através de doação, um terreno de 550.000 m² onde será construída uma nova fábrica. Em 15 de julho de 2016, a Carta Goiás recebeu como subvenção governamental do município de Piraí, a doação de um terreno de 121.437 m² para a construção de uma nova fábrica. Com base em laudos de avaliação contábil preparado por especialistas, foram atribuídos o valor justo desses bens em R\$30.000 para o terreno de Aracruz e R\$5.984 para o terreno de Piraí. Conforme normas contábeis brasileiras - CPC 07 - *Subvenção e Assistência Governamentais* os terrenos foram registrados na rubrica de "Imobilizado" contra uma receita diferida, classificada no passivo não circulante.

Em agosto de 2014, a controlada obteve a Licença Municipal de Instalação e atualmente está em processo de obtenção de licenças adicionais para a preparação da área para desenvolvimento do projeto em Aracruz. Adicionalmente, em outubro de 2014, a Carta Industrial assinou o Termo de Acordo *INVEST-ES 352/2014*, que garante à empresa os incentivos fiscais de ICMS para a implantação e operação do Projeto Aracruz. No momento a Companhia está avaliando o novo cronograma de investimento deste projeto.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado e intangível--Continuação

O saldo total de imobilizado em andamento mantido pela Companhia (Controladora e Consolidado) refere-se a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas de papel	139.365	28.375	139.365	28.375
Máquinas de fralda	38.657	25.448	38.657	25.448
Plantas industriais	65.858	15.345	65.858	15.345
Máquinas de conversão	12.948	6.479	12.948	6.479
Edificações	5.883	6.905	6.243	6.905
Máquinas de lenço umedecido	1.588	207	1.588	207
Outros ativos	7.006	7.523	7.006	7.523
Total	271.305 (a)	90.282	271.665 (a)	90.282

(a) Do total do saldo de imobilizado em andamento, o montante de R\$ 14.753 refere-se a adiantamentos a fornecedores.

A depreciação de ativos, exceto terrenos, é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação anual %
Edificações	2
Obras civis	4
Instalações	5
Maquinas e equipamentos	5
Veículos	12
Móveis e utensílios	7
Equipamento de informática	8
Software	15

Parte dos bens do ativo imobilizado foram oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos bancários, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Fornecedores e antecipação de fornecedores a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	122.250	76.654
Fornecedores no exterior	16.220	4.685
	138.470	81.339
Circulante	120.654	81.339
Não circulante	17.816	-

Os saldos em moeda estrangeira são objeto de importação de matéria-prima. Em 31 de dezembro de 2017, os saldos com fornecedores no exterior representavam aproximadamente US\$4.903 mil (US\$1.438 mil em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos registrados no passivo não circulante de R\$ 17.816 referem-se a fornecedores para aquisição de equipamentos que possuem vencimento no ano de 2019.

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus principais recebíveis no montante de R\$ 31.419 em 31 de dezembro de 2017. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia na maior parte das operações efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seus fornecedores e efetua o pagamento de juros na data de realização da operação.

13. Empréstimos e financiamentos

	2017	Controladora e Consolidado	
	Taxa média ponderada de juros	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos para capital de giro	CDI + 4,93% a.a.	131.896	169.698
Debêntures (b)	CDI + 4,50% a.a.	98.049	-
FINAME	8,52% a.a.	175.520	98.098
FINIMP	Var cambial USD + 5,06% a.a.	10.848	7.579
Antecipação a fornecedores (a)	1,39% a.m.	-	6.505
Outros	CDI + 2,20% a.a.	703	191
Custo de captação dos empréstimos		(2.879)	(4.728)
		414.137	277.343
Parcela de curto prazo		86.978	90.482
Parcela de longo prazo		327.159	186.861

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os saldos de empréstimos em moeda estrangeira estão assim compostos em 31 de dezembro de 2017:

	<u>US\$ mil</u>
Capital de giro (Nota 9.b)	18.629
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	3.279
	<u>21.908</u>

- (a) Refere-se a ao pagamento de fornecedores de matéria-prima da Companhia realizado por instituição financeira nacional, com anuência do fornecedor.
- (b) Em 4 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples ("Instrumento"), não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor de R\$ 100.000, com vencimento em junho de 2020, ao custo de 100% da taxa DI + 450bps (basis point) ao ano.

Algumas obrigações foram pactuadas na escritura, tais como cláusulas de covenants financeiros, constituição de garantias e a emissão de rating anual para a Companhia, emitido por agência de classificação de risco.

Adicionalmente, a Companhia deverá manter, durante a vigência do referido Instrumento, os índices financeiros ("convenants") descritos abaixo, os quais são verificados trimestralmente, com base no resultado de 12 meses acumulados na data de verificação, a saber:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,83 em dezembro de 2017. A cada trimestre subsequente este índice será reduzido até chegar a 2,00 em junho de 2020.
- (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 2,0. A cada trimestre subsequente este índice será aumentado até chegar a 5,0 em junho de 2020.
- (iii) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido igual ou inferior a 1,75. A cada trimestre subsequente este índice será reduzido até chegar a 1,0 em junho de 2020.

A Companhia constituiu garantia real para a operação, formalizando a Hipoteca da Unidade Industrial de Anápolis/GO.

A instituição financeira coordenadora da emissão foi o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/A, o Agente Fiduciário representante dos debenturistas é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Esta emissão teve como objetivo a liquidação de dívidas de capital de giro de curto e médio prazos além de reforço na posição de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas qualitativas e quantitativas presentes na Escritura de debêntures, foram cumpridas.

Movimentação dos empréstimos	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	277.343	213.501
Captações	377.150	139.647
Juros, variação cambial e marcação a mercado	58.599	28.185
Amortizações - principal, juros e variação cambial	(300.804)	(102.177)
Custo de captação	1.849	(1.813)
Saldo no final do exercício	<u>414.137</u>	<u>277.343</u>

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	68.368
2019	137.152	60.183
2020	102.744	37.642
2021	38.797	10.732
2022 em diante	48.466	9.936
	327.159	186.861

Garantias

As principais garantias concedidas pela Companhia são relativas a hipoteca de 1º grau de certos ativos das fábricas do RJ e GO, pelo valor total de R\$108.263; máquinas e equipamentos localizados nas respectivas fábricas, pelo valor de R\$127.133; além de duplicatas a receber de clientes no montante de R\$55.546 (Nota Explicativa nº 5).

Covenants financeiros

Além da operação de debêntures emitidas em dezembro de 2017, algumas das operações de capital de giro estão sujeitas a certas condições restritivas, tais como índice limite de alavancagem, imposição de limites a novos endividamentos, pagamentos a acionistas e apresentações de demonstrações financeiras auditadas dentro de prazos previamente estabelecidos.

O não cumprimento dessas condições restritivas poderá acarretar a antecipação de vencimento das operações relativas a estas operações.

A Administração monitora o cumprimento de tais condições restritivas, bem como as demais obrigações assumidas em relação às operações de capital de giro e entende que elas estão plenamente atendidas.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
ICMS normal e substituição tributária	10.196	4.771
IRRF sobre salários, pró-labore e de terceiros	863	725
ISS s/ retenção	510	527
INSS de terceiros	116	136
PIS, COFINS e CSLL de terceiros	565	99
IR e CS a recolher	1.556	-
Outros	52	3
	13.858	6.261

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
INSS a recolher	9.358	1.854
FGTS a recolher	733	633
Provisão para férias, 13º salários e encargos sociais	9.542	7.942
Outros	569	225
	20.202	10.654

16. Parcelamento de impostos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
PIS/COFINS (a)	3.217	12.118
ICMS	473	341
Outros	58	42
	3.748	12.501
Circulante	3.415	1.172
Não circulante	333	11.329

(a) Em 12 de maio de 2017, R\$6.941 foram compensados com créditos pela Receita Federal do Brasil. Em setembro de 2017, o parcelamento foi consolidado e o saldo transferido para o curto prazo.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Parcelamento de impostos a recolher--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
2019	109
2020	109
2021	115
	<u>333</u>

17. Adiantamentos de clientes

Os valores de adiantamentos são reconhecidos inicialmente na rubrica de adiantamento de clientes sendo levados ao resultado na medida em que as operações de entrega destes produtos são efetivadas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado na rubrica de adiantamento de clientes era de R\$ 20.110 (R\$4.839 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

18. Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos sobre o lucro líquido calculado como segue:

	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	14.875
Importância destinada à reserva legal - 5%	<u>(744)</u>
Lucro líquido ajustado - Art. 202, Lei 6404/76	14.131
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	3.533
Dividendos adicionais propostos	10.598
Dividendos a pagar	<u>14.131</u>

Aos acionistas da Companhia estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Dividendos a pagar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 10.598, com base no lucro apurado no exercício de 2017 a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo apresentado como dividendos adicionais propostos, conforme disposto na interpretação técnica ICPC 08.

19. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas, cíveis e previdenciárias	30.726	29.174
	30.726	29.174

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.557	14.400	6.242	32.199
Adições e atualização	6.175	11.233	-	17.408
Reversões	(3.915)	(10.276)	(6.242)	(20.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.817	15.357	-	29.174
Adições e atualização	6.379	11.983	-	18.362
Pagamentos	-	(12.413)	-	(12.413)
Reversões (Nota 26)	(4.397)	-	-	(4.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.799	14.927	-	30.726

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Contingências--Continuação

As reversões de contingências tributárias realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referentes a créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$6.242, e contingências trabalhistas no montante de R\$3.915, referem-se a parcelas de contingências prescritas no respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reverteu R\$4.293 de contingências trabalhistas referente a parcelas prescritas no exercício.

O montante de R\$ 14.927 de contingências cíveis referem-se a valores que estão sendo discutidos judicialmente com o fornecedor de energia.

A Administração acredita que as provisões constituídas são suficientes para fazer frente às perdas consideradas prováveis.

Não obstante, a Companhia continua sujeita a reclamações trabalhistas e suas operações ao exame pelas autoridades (trabalhista, previdenciária ou fiscal), os quais podem resultar em eventuais autuações com penalidade de multa e necessidade de recolhimento adicional à previdência ou de tributos, durante os prazos prescricionais, consoante com a legislação específica aplicável. A Administração, entretanto, não espera perdas em decorrência de eventuais futuras reclamações trabalhistas ou revisões pelas mencionadas autoridades além daquelas já provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos possíveis de perda, para as quais não há provisão para contingências constituída. As contingências estão compostas da seguinte forma:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Contingências tributárias	12.532	14.053
Contingências cíveis	816	-
Contingências trabalhistas	2.684	1.173
	16.032	15.226

As contingências tributárias classificadas como possíveis referem-se substancialmente a autos de infração de ICMS, atualmente em discussão em esfera administrativa. Os valores divulgados incluem multas, juros e atualização monetária.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor contábil do ativo e passivo fiscais diferidos são revisados anualmente pela Companhia com a finalidade de manter tais ativos e passivos pelos valores de realização estimada.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos diferidos ativos, sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa	26.717	27.528	26.717	27.528
Contingências	4.368	3.578	4.368	3.578
Variação cambial e hedge	4.095	5.625	4.095	5.625
Provisões	4.434	1.090	4.434	1.090
Outras adições	2.755	3.374	2.753	3.374
Subtotal	42.369	41.195	42.367	41.195
Tributos diferidos passivos, sobre:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.566)	(23.189)	(26.378)	(27.047)
Juros capitalizados	(6.875)	(2.057)	(6.875)	(2.057)
Variação cambial e hedge	(4.221)	(3.628)	(4.221)	(3.627)
Depreciação	(14.592)	(9.450)	(14.592)	(9.450)
Subtotal	(48.254)	(38.324)	(52.066)	(42.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos), líquidos (Nota 20.b)	(5.885)	2.871	(9.699)	(986)

b) Movimentação de tributos diferidos

As movimentações dos tributos diferidos são apresentadas a seguir, de maneira líquida:

	Controladora			
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.528	(1.468)	(23.189)	2.871
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	(811)	-	-	(811)
Outras adições e exclusões, líquidas	-	(8.568)	-	(8.568)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	623	623
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.717	(10.036)	(22.566)	(5.885)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação de tributos diferidos--Continuação

	Consolidado			Total
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.528	(1.468)	(27.046)	(986)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	(811)	-	-	(811)
Outras adições e exclusões, líquidas	-	(8.570)	-	(8.570)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	668	668
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.717	(10.038)	(26.378)	(9.699)

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	25.188	58.324	24.672	57.777
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(8.564)	(19.830)	(8.388)	(19.644)
Resultado de equivalência patrimonial	(193)	(206)	-	-
Benefícios fiscais e subvenções	-	21.876	-	21.876
Outros ajustes tributários	(1.556)	4.639	(1.879)	4.293
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(10.313)	6.479	(10.267)	6.525

Com base no § 2º do art.30 da Lei nº. 72.973, de 2014, no inciso III, a Receita de Subvenção do ano foi destinada para compor a base de cálculo dos dividendos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2018	6.527
2019	28.798
2020	7.314
	42.369

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do período em que houver a compensação.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	2017			2016		
	Quantidade de ações ordinárias	Valor	%	Quantidade de ações ordinárias	Valor	%
Carta Fabril S.A.	101.166.657	101.968	100	96.289.235	96.289	100

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 5.679 com a integralização de 68,59% do valor de um imóvel de propriedade dos acionistas.

b) Reserva de subvenções

- (i) O Estado de Goiás, através de sua Secretaria da Fazenda celebrou com a Carta Goiás, em 7 de novembro de 2000, um termo de acordo de regime especial para fruição dos benefícios do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, sendo o ICMS recolhido na base de 30% do valor devido. Do saldo remanescente de 70%, parte é reconhecido como Receita de subvenções no mês da apuração do imposto e parte é reconhecido no passivo circulante, rubrica Incentivos fiscais, para posterior liquidação através de leilões de saldos do Fomentar promovidos pelo Governo do Estado de Goiás. O saldo a utilizar do benefício, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$32.546 e poderá ser usufruído até 2040 (31 de dezembro de 2016 - R\$48.029).
- (ii) Através do Decreto nº 39.853, de 5 de setembro de 2006, o Estado do Rio de Janeiro aprovou o enquadramento da Carta Goiás no Programa de Incentivos para as Indústrias do Setor de Reciclagem, instituído pela Lei nº 4.178/2003 ("Reciclario"), tal benefício teve duração de 10 anos. Através do Decreto 45.780 de 4 de outubro de 2016, foi concedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tratamento tributário especial, pela incidência de ICMS nas operações de saída através da alíquota de 3%.
- (iii) O Estado de Pernambuco, através do Decreto nº 39.519, de 17 de junho de 2013 e posterior resolução nº 086/2016 do CONDIC, concedeu à Carta Goiás o incentivo de que tratam os artigos 5º, 6º e 24 do Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999 (PRODEPE). Os empreendimentos enquadrados no grupamento industrial prioritário (absorvente higiênico e fralda descartável) estão sujeitos a redução de 85% do saldo devedor do ICMS normal e aqueles empreendimentos enquadrados como atividade industrial relevante (papel higiênico, papel toalha e guardanapo) possuem redução de 75% do saldo devedor do referido tributo. O benefício tem duração de 12 anos, podendo ser renovado por igual período.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de subvenções--Continuação

- (iv) Os incentivos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$43.092 (R\$21.779 do FOMENTAR, R\$20.627 do Decreto nº 45.780, de 4 de outubro de 2016, e R\$686 do PRODEPE), foram registrados no resultado como receita e ao final do período transferidos da conta Resultados acumulados para a Reserva de lucros de subvenções na Carta Goiás. Os saldos das reservas existentes em 31 de dezembro de 2017 foram parcialmente utilizados para absorver prejuízos acumulados, conforme facultado pelos artigos 189 e 195-A da Lei nº 6.404/76, "ad referendum" da AGO a qual será submetida à aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, e reconhecido um valor de R\$666 referente a pagamento de impostos do Estado de Goiás pagos a menor entre os anos de 2014 a 2016.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de janeiro de 2010, em razão da adoção inicial do novo conjunto de normas contábeis no Brasil, notadamente a Interpretação Técnica 10 ("ICPC 10"), a Companhia optou por remensurar certos bens do ativo imobilizado pelo seu valor atribuído na data de transição, cuja contrapartida foi lançada à rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial".

22. Receita operacional líquida

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Venda de produtos e de mercadorias	888.252	770.489
Deduções da receita bruta:		
Impostos incidentes sobre as vendas	(167.947)	(137.865)
Devoluções e abatimentos	(24.289)	(17.905)
Receita de subvenções (Nota 21.b.iv)	43.092	64.343
	739.108	679.062

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Custo dos produtos vendidos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-prima	(226.299)	(202.496)
Pessoal e encargos	(59.955)	(56.731)
Material de embalagem	(48.374)	(42.211)
Outros custos	(32.463)	(31.240)
Energia elétrica	(20.804)	(23.937)
Gás	(20.311)	(18.437)
Depreciação	(19.072)	(16.595)
Custo de revenda	(10.418)	(5.249)
	(437.696)	(396.896)

24. Despesas com vendas e logística

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Verbas, bonificações e promoções	(50.595)	(39.005)
Pessoal e encargos	(36.850)	(30.372)
Frete	(24.887)	(20.223)
Comissão de representantes	(16.717)	(17.120)
Manutenção, pedágio, combustível e seguro	(9.664)	(9.431)
Serviços de terceiros	(3.871)	(3.755)
Outros gastos com viagens	(3.439)	(3.249)
Marketing e promotores de venda	(15.147)	(12.620)
Royalties	(2.349)	(2.379)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 5)	(1.377)	(861)
Outras	(5.582)	(5.327)
	(170.478)	(144.342)

25. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(32.790)	(28.701)	(32.790)	(28.701)
Serviços profissionais	(4.989)	(5.152)	(4.989)	(5.152)
Ocupação	(1.403)	(1.218)	(1.403)	(1.218)
Contingências	(6.379)	(6.175)	(6.379)	(6.175)
Comunicação	(1.393)	(1.066)	(1.393)	(1.066)
Outras	(5.780)	(4.055)	(6.931)	(5.205)
	(52.734)	(46.367)	(53.885)	(47.517)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reversão para contingências (Nota 19)	4.397	10.157	4.397	10.157
Venda de sucatas	844	-	844	-
Indenizações de seguros	847	-	847	-
Recuperação de despesas	764	2.713	764	2.713
Outras receitas	352	1.026	352	1.028
	7.204	13.896	7.204	13.898

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros e encargos sobre empréstimos	(42.930)	(38.427)	(42.930)	(38.427)
Tarifas bancárias	(5.483)	(4.303)	(5.483)	(4.303)
Resultado com operações de Hedge (Nota 10)	-	(8.701)	-	(8.701)
Variação cambial	(4.766)	(2.095)	(4.766)	(2.095)
Perda de ajuste a valor justo - empréstimos e <i>hedge</i>	(7.648)	(3.733)	(7.648)	(3.733)
Juros e multas sobre parcelamento	(612)	(776)	(612)	(776)
Impostos sobre operações financeiras	(2.001)	(718)	(2.001)	(718)
Descontos concedidos	(255)	(225)	(255)	(225)
Outras	(5.029)	(838)	(5.029)	(840)
Total despesa financeira	(68.724)	(59.816)	(68.724)	(59.818)
Variação cambial	14	10.674	14	10.674
Rendimento sobre aplicação financeira	2.560	1.427	2.627	1.427
Descontos obtidos	880	562	880	562
Juros obtidos	803	490	803	490
Ganho de ajuste a valor justo - empréstimos e <i>hedge</i> (Nota 10)	1.741	-	1.741	-
Outras	3.079	239	3.079	239
Total receita financeira	9.077	13.392	9.144	13.392
Resultado financeiro, líquido	(59.647)	(46.424)	(59.580)	(46.426)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

28. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração o diretor presidente estatutário, a diretora vice-presidente estatutária, e os vice-presidentes. O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referente à remuneração total do pessoal-chave, incluindo bônus, foi de R\$22.127 (R\$15.428 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

29. Gestão de risco

A Companhia possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado e expectativas futuras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

29. Gestão de risco--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de descolamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida, atualmente lastreada em CDI e Libor. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros acompanhando os movimentos de mercado. Considerando a manutenção da posição de equivalentes de caixa indexados ao CDI, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento dessas operações e indexadas pelas mesmas taxas, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia (insumos adquiridos com valores atrelados ou denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional), bem como empréstimos e financiamentos.

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Para proteger-se dos riscos de câmbio de empréstimos e financiamentos a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de depósitos em bancos e instituições financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

29. Gestão de risco--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa.

Para mitigar os riscos, a administração adota como prática análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, da seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa que contempla 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias (Nota Explicativa nº 5).

Depósitos em bancos e instituições financeiras

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. Além disso, todas as operações da Companhia estão diluídas em diversas instituições financeiras, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

A Administração monitora diariamente seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica na capacidade da Companhia em manter o nível adequado de caixa suficientes para capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo.

A Administração vem realizando a reestruturação da dívida atualmente apresentada nas demonstrações financeiras, bem como buscando recursos financeiros adicionais para a expansão dos negócios. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia já havia obtido recursos e acesso a linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha que permitiu o alongamento do perfil de sua dívida e melhoria no fluxo de caixa operacional. A Administração continua a tomar as ações planejadas para obter os recursos necessários para a continuidade e expansão dos negócios da Companhia.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros

A classificação dos principais ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos a valor justo por meio do resultado			Ativos a valor justo por meio do resultado		
	(a)	Recebíveis	Total	(a)	Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	49.398	-	49.398	23.039	-	23.039
Aplicações financeiras vinculadas	3.346	-	3.346	3.948	-	3.948
Contas a receber de terceiros		73.602	73.602	-	93.863	93.863
	52.744	73.602	126.346	26.987	93.863	120.850

(a) Controladora e consolidado, exceto para o saldo de caixa e equivalentes de caixa em que a controladora apresentava os saldos de R\$49.396 e R\$22.744 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado.

A Companhia operou com derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados pelo custo amortizado como segue:

Passivos financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	138.470	96.696
Empréstimos e financiamentos	414.137	277.343
Instrumentos financeiros derivativos	6.977	9.529
	605.930	383.568

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017 para as plantas industriais cobrem a importância global de R\$256.000.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

31. Cobertura de seguros--Continuação

A cobertura dos valores segurados (limites máximos de garantia) em 31 de dezembro de 2017 pode ser assim demonstrada:

	Valor	Seguradora	Vigência	Natureza
Básica - incêndio, raio, explosão	210.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
Vendaval até fumaça	5.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
Mercadorias, matéria-prima	28.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
Quebra de máquinas	10.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
Danos elétricos	2.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
Vazamento de tanques e tubulações	1.000	BB Mapfre	Nov/2017 a nov/2018	Riscos nomeados e operacionais
	256.000			

A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores revisar e concluir sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada e avaliada quanto à sua adequação pela Administração da Companhia.

32. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2018 foi iniciada a operação da máquina MP6 na planta industrial de Anápolis-GO.